

**Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



# **A MILITARIZAÇÃO DA VENEZUELA E O MERCOSUL**

***MÁRCIO NUNO RABAT***

Consultor Legislativo da Área XIX

Ciência Política, Sociologia Política, História, Relações Internacionais

**JANEIRO/2010**

NOTA TÉCNICA

© 2010 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) o(a) autor(a) e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu(sua) autor(a), não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.



Câmara dos Deputados  
Praça 3 Poderes  
Consultoria Legislativa  
Anexo III - Térreo  
Brasília - DF

## **A MILITARIZAÇÃO DA VENEZUELA E O MERCOSUL**

**Márcio Nuno Rabat**

A Venezuela empreendeu, nos últimos três anos, a compra de vinte e quatro aviões (caças) multifuncionais Sukhoi, trinta e oito helicópteros de vários tipos, cem mil fuzis de assalto AK-103 e AK-104, os famosos Kalashnikov, todos armamentos de origem russa. Um investimento de cerca de três bilhões de dólares. As compras tiveram repercussão nos meios de comunicação, seja por seu significado intrínseco, seja pelo que pudessem significar em termos de uma escalada militarista na América do Sul. O objetivo deste trabalho é analisar essas compras de armas em seu duplo significado: como parte de um movimento continental e a partir da eventual peculiaridade da situação venezuelana.

A preocupação com a escalada militarista continental se manifestou em publicações com as mais variadas tendências político-ideológicas. E não se limitou ao Brasil. O jornal Clarín, da Argentina, provavelmente o país que, entre os maiores da América do Sul, menos tem se empenhado na compra de armas na última década, fez referência à suposta corrida armamentista no continente, em reportagem do dia 23 de agosto de 2009, intitulada “A América Latina vai às compras”, da qual se reproduz, a seguir, um longo trecho:

O Brasil acaba de encomendar cinco submarinos, incluindo um nuclear da França. A Venezuela adquiriu armamento de alto nível nos últimos dois anos, incluindo aviões, helicópteros, lanchas velozes e dezenas de milhares de fuzis. Também a empobrecida Bolívia somou-se a esse ritmo com um gasto de cem milhões de dólares.

O Chile faz tempo dedica uma boa quota do que arrecada com suas vendas de cobre às forças armadas. A cereja do bolo é a Colômbia, que recebe a maior ajuda militar norte-americana, depois de Israel e do Egito, em função do Plano Colômbia. E que acaba de acordar a instalação de tropas e equipamentos dos EUA em sete de suas bases e quartéis.

A Bolívia anunciou neste mês que comprará armamento e aviões com o argumento de proteger as suas fronteiras e lutar contra o narcotráfico. La Paz tentou adquirir aviões Alca checos e helicópteros Bell UH nos EUA, mas Washington vetou. O vice-presidente Alvaro García Línero disse que a Bolívia tem fundos suficientes e até falou de dignidade. A intenção é investir 100 milhões de dólares e o beneficiário seria a Rússia, com quem assinou cartas de crédito.

A novidade preocupou o Paraguai, que pediu explicações. Assim como os peruanos, que se mostram ao menos preocupados (tanto como os bolivianos) pelos passos do seu vizinho, o Chile. As Forças Armadas do país transandino receberá neste ano US\$ 364 milhões a mais para a compra de armas. Esse dinheiro se soma aos cerca de US\$ 2,8 bilhões destinados ao mesmo fim. Os chilenos já têm nove submarinos, compraram caças F-16 dos EUA e o seu exército conta com 400 blindados e, entre as suas jóias, 350 tanques Leopard, um objeto de desejo de quase todo exército da região do continente.

Na mesma linha, o jornal El País, da Espanha, já se tinha manifestado em reportagem publicada no dia 5 de fevereiro de 2009:

Sessenta toneladas de peso, um canhão de 120 milímetros e um avançado sistema eletrônico são as principais características do Leopard 2, o tanque convencional mais poderoso da América Latina. O Chile, país de 5,5 milhões de habitantes, possui 300. Precisa deles? Uma ameaça militar sobre Santiago parece uma utopia. Contudo, as tensões entre vizinhos, unidas a um lustro de bonança econômica, propiciaram que a América Latina, especialmente os países do sul, tenham reforçado o seu armamento.

O gasto com defesa da América Latina e do Caribe aumentou 91% entre 2003 e 2008, segundo dados publicados recentemente pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS, em sua sigla em inglês). Em seu relatório Balanço Militar 2009, o prestigiado centro de análises das relações internacionais assinala que o gasto militar na região no ano passado foi de 47,2 bilhões de dólares, frente aos 24,7 bilhões de 2003.

A desculpa que os países deram durante este tempo era a necessidade de renovar um material militar obsoleto. O relatório do IISS concorda com esta apreciação ao apontar que “a maioria dos equipamentos atualmente em serviço data dos anos 1950 e 1960, e muitos programas anunciados recentemente são, sobretudo, modernizações e substituição de tecnologia obsoleta”. “É certo que o armamento de alguns países não era moderno, mas isso não exclui que o aumento do gasto se realize pela percepção de que existem ameaças em nível regional, pelos conflitos existentes ou pelas compras de armamento dos vizinhos”, explica o analista militar argentino Diego Fleitas, diretor da Associação de Políticas Públicas.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Recorreu-se às traduções das duas reportagens contidas no sítio da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, mais precisamente da Revista IHU – On Line ( [www.ihuonline.unisinos.br](http://www.ihuonline.unisinos.br) ). As informações jornalísticas sobre os gastos em armamentos foram comparadas com o banco de dados do Stockholm International Peace Research Institute SIPRI Arms Transfers Database ( [www.sipri.org/research/armaments/transfers](http://www.sipri.org/research/armaments/transfers) ) e se mostraram consistentes.

As duas citações permitem enquadrar satisfatoriamente os elementos fundamentais respeitantes ao recente aumento dos gastos com armamentos em vários países da América do Sul. Para facilitar a análise, devemos partir, antes de mais nada, da constatação de que há situações bastante distintas a ser consideradas, embora, no conjunto, se possa falar de um período de crescente investimento em material bélico.

Uma situação é a dos países cujo investimento em armas vem sendo tradicionalmente elevado para os parâmetros do subcontinente (a ressalva é importante, pois, por parâmetros mais abrangentes, os gastos militares são pouco elevados na América do Sul); esses países são, basicamente, o Chile e a Colômbia, tanto em números absolutos quanto como percentual do PIB, e o Brasil, se considerarmos apenas os números absolutos. Outra situação é a dos países cuja capacidade de gastar é objetivamente pequena, como a Bolívia e o Paraguai, de maneira que mesmo eventuais aumentos de investimento militar terão pouca influência sobre o total de gastos dentro do subcontinente. A situação que nos interessa aqui é a dos países que, tendo alguma capacidade de investir nessa área, dado o tamanho de suas economias, o vinham fazendo com contenção nos últimos anos, como a Argentina (segundo maior PIB regional), a Venezuela (quinto) e o Peru (sexto)<sup>2</sup>, até que, recentemente, o Peru<sup>3</sup> e, principalmente, a Venezuela passaram a adotar uma postura mais ofensiva em termos de compras de armamentos.

O quadro respeitante à militarização da América do Sul não fica completo, como também se nota nas reportagens transcritas, sem uma referência à presença militar dos Estados Unidos da América. O fechamento da base aérea de Manta, no Equador, em 2009, vem sendo amplamente compensado pelos recentes tratados com a Colômbia, que facilitarão significativamente o acesso, com potencial de uso bélico, ao território do país vizinho, em particular à base de Palanquero, que dará aos aviões militares norte-americanos grande autonomia de voo. Por outro lado, no espaço marítimo, o reativamento da chamada Quarta Frota, cuja atuação se dirige ao Atlântico Sul, além de adensar a presença militar na região, dificulta que se concretize a intenção de setores de governos sul-americanos, inclusive do brasileiro, de transformar o oceano entre a África e nosso continente em região desmilitarizada.

Duas outras observações importantes, e interligadas, contidas nas transcrições precedentes reportam-se, a primeira, ao fato de que, na maioria dos países do subcontinente (as exceções são a Colômbia e o Chile), o material de defesa ficou obsoleto pela diminuição de investimentos ao longo da década de 1990 e, a segunda, ao fato de que a retomada dos investimentos se dá em um contexto de bom desempenho das economias sul-

---

<sup>2</sup> As informações sobre o Produto dos diversos países foram retirados de compilação de *Estatísticas* publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada Ministério das Relações Exteriores, em 2008. Assinale-se que as posições no ranking de PIB, indicadas no texto, referem-se ao cálculo pela paridade de poder de compra. Quando calculado a preços correntes, o PIB da Venezuela era o terceiro da América do Sul em 2007.

<sup>3</sup> Não se aprofundará, neste trabalho, a análise do caso peruano. Vale a pena referir, de qualquer maneira, que as recentes pretensões armamentistas do Peru vêm sendo muitas vezes justificadas em termos de uma comparação com o nível elevado de preparação para embates bélicos das forças armadas chilenas, país vizinho com o qual mantém, desde a chamada “guerra do Pacífico”, que envolveu os dois países e a Bolívia de 1879 a 1881, discrepâncias sobre o traçado das fronteiras que os separam. Para se ter uma ideia da animosidade a que se pode chegar nesse campo (embora somente em casos extremos, pois os governos e a maioria da população de ambos os países não se manifestariam dessa maneira), vejam-se as constantes abordagens do tema no jornal peruano *La Razón* ([www.larazon.com.pe](http://www.larazon.com.pe)), com títulos de capa como “Finalmente o Peru se arma para frear o Chile”.

americanas nos anos que vão, *grosso modo*, de 2003 a 2008, favorecendo, assim, a recomposição dos gastos na área militar. Ora, a capacidade de gastar constitui, sem dúvida, um elemento importante para a avaliação dos diferentes orçamentos militares na região. Vale a pena observar mais de perto esse elemento.

No caso do Chile, por exemplo, possivelmente tem alguma importância, para explicar o alto investimento do país em material bélico, o fato de que a economia chilena manteve um grau de estabilidade desconhecida na maioria dos outros países da região no período que vem desde a crise das dívidas externas na década de 1980. É certo que a chamada Lei do Cobre reserva vultosos recursos obtidos com a exportação do metal exclusivamente para a compra e manutenção de armamentos, recursos que sequer são destinados ao custeio das forças armadas, de responsabilidade do Tesouro, sendo essa a principal e mais imediata explicação para a atualização constante dos armamentos chilenos<sup>4</sup>. No entanto, é de se perguntar se aquela reserva de recursos se sustentaria em um contexto econômico e orçamentário desequilibrado.

No sentido contrário vão os exemplos da maioria dos outros países com economias significativas na região, incluindo o Brasil, cujos investimentos militares voltaram a crescer a partir da retomada da economia em 2004, alcançando o pico nos dois anos de elevado crescimento de 2007 e 2008. É esse, também, claramente, o caso da Venezuela, que, depois de uma forte crise política e econômica nos anos de 2002 e 2003, retomou taxas de crescimento do PIB muito elevadas nos quatro anos seguintes. Esse foi certamente um dos fatores que levaram ao aumento de gastos em material de defesa por parte dos dois países. Não se trata, no entanto, de motivo suficiente para explicar a decisão política de investir na compra de armas. Tanto é assim que a retomada do crescimento econômico na Argentina, após a crise do início da década, começou mais cedo que no Brasil e na Venezuela (já em 2003), manteve-se em patamar elevado, pois nem nos melhores anos a economia brasileira cresceu mais do que a do país vizinho desde então<sup>5</sup>, e nem por isso se percebe um aumento significativo de gastos militares.

De qualquer maneira, de uma perspectiva que englobe os países da região, os recentes investimentos venezuelanos em material bélico de grande capacidade ofensiva não chegam a fazer com que a Venezuela ocupe uma posição de destaque nessa área, quando comparada a outros países da América do Sul. Na verdade, as posições de vanguarda do Chile, da Colômbia e do Brasil estão preservadas. No caso do Brasil, com a clara vantagem de que os investimentos militares não se limitam à compra de material no exterior, mas incluem, há décadas, com altos e baixos, uma política razoavelmente consistente de desenvolvimento de uma indústria bélica própria. É de se ver, portanto, se o caso venezuelano apresenta outras especificidades que o façam merecedor de particular interesse, além do fato, já citado, de ter havida uma mudança no comportamento do país nos últimos anos.

---

<sup>4</sup> Ver, entre outros artigos de Guillermo Patillo, “El Presupuesto de Defensa en Chile: procesos decisionales y propuesta de indicadores de evolucion”, em *Security and Defense Studies Review*, vol 1, 125, de 2001. Por se tratar de uma “lei reservada”, em que o respeito aos princípios da publicidade sofre restrições, e por impedir um controle mais efetivo do parlamento sobre o orçamento da defesa, a Lei do Cobre tem sido objeto de críticas.

<sup>5</sup> Ver o Quadro A-2 (p. 158), do *Balance preliminar de las economías de América Latina e el Caribe 2009*, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, disponível em [www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/2/38062/P38062.xml&xsl=/de/tpl/p9f.xsl&base=/de/tpl/top-bottom.xsl](http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/2/38062/P38062.xml&xsl=/de/tpl/p9f.xsl&base=/de/tpl/top-bottom.xsl).

Ora, a Venezuela apresenta, sim, algumas peculiaridades frente aos dois países que, proporcionalmente, mais investem em armamentos na América do Sul, o Chile e a Colômbia. Em primeiro lugar, encontra-se em estágio avançado o processo de plena adesão da Venezuela ao Mercosul, o que faz dela um caso de interesse especial para os demais quatro países membros do bloco, inclusive o Brasil. Em segundo lugar, o privilegiamento das relações militares com a Rússia, expresso nas compras de armas deste país, introduz uma novidade no cenário sul-americano. Em resumo, a especificidade da Venezuela parece relacionar-se mais com seu posicionamento no quadro político internacional, dentro e fora da América do Sul, do que propriamente a um particular ímpeto na compra de armas. Trataremos, primeiro, dessa particularidade em um plano mais geral, para depois passarmos à problemática específica do Mercosul.

Não se compreende a peculiar posição da Venezuela no tabuleiro político internacional sem uma referência à política interna do país. Ao contrário da maioria dos países da região, a Venezuela não passou, nos anos 60 e 70 do século passado, por rupturas institucionais significativas. Ao contrário, seu sistema político bipartidário se consolidou e permaneceu em funcionamento durante todo o período. Não por isso, no entanto, o país deixou de passar pelas dificuldades econômicas que atingiram o subcontinente a partir da crise da dívida externa, do que resultou a acirramento das disputas políticas e sociais, culminando na grande rebelião popular de 27 de fevereiro de 1989, o chamado Caracazo. A partir daí, ficou cada vez mais claro que, mesmo sem ter havido ruptura do regime representativo no período anterior, a Venezuela provavelmente passaria, também, pelo processo de rearticulação institucional por que passaram os vizinhos que viveram as aberturas políticas na década de 1980, como o Brasil e a Argentina, com o desmoronamento dos sistemas partidários anteriores e o surgimento de novas clivagens.

Curiosamente, no entanto, talvez justamente por a Venezuela não ter passado por uma ditadura que deslegitimasse, temporariamente, a intervenção militar na política, foi uma tentativa de golpe de Estado, liderada por um coronel do exército, Hugo Chávez, em 1992, que deu o fio condutor para a evolução política posterior do país. Como que dando continuidade ao Caracazo, o repúdio popular à tradicional política venezuelana, que levou à desapareção progressiva dos partidos ao redor dos quais ela se articulava, encontrou uma referência importante no chefe do levante de 1992, que, inicialmente preso em decorrência dele, acabou eleito presidente da república, em 1998, e protagonizou um profundo processo de renovação institucional do país, com sucessivos apelos à maioria da população para legitimar pelo voto as mudanças propostas.

No período em que as mudanças institucionais iam sendo introduzidas no país, as disputas políticas na Venezuela se acirravam, até que, em 2002, importantes lideranças empresariais, com alguma ênfase para as das empresas de comunicações, conduziram as forças armadas venezuelanas a infligir uma tentativa de golpe de Estado, aparentemente bem sucedida, pelo menos no início. No entanto, a forte resistência popular à deposição do presidente – eleito principalmente pelo voto das camadas mais pobres do país – levou à mobilização dos setores do exército favoráveis ao governo deposto, que reconduziram o presidente ao cargo. Naquele momento, o governo do Brasil, ainda sob a condução do presidente Fernando Henrique Cardoso, cumpriu papel de alguma relevância no apoio à preservação do regime representativo venezuelano, o que, de alguma maneira, não



deixou de contribuir para o fortalecimento dos laços comerciais entre os dois países, em benefício da balança do comércio brasileira.

De outro lado, no entanto, o governo venezuelano entendeu que houvera participação do governo e de meios empresariais estadunidenses na condução do golpe de Estado e, embora as relações diplomáticas e comerciais com os Estados Unidos nunca tenham sido rompidas, ou sequer colocadas efetivamente em causa, as relações entre os dois países ficaram cada vez mais estremecidas. Atualmente, não são incomuns as manifestações críticas de um dos governos contra o outro. Por outro lado, a oposição venezuelana aparentemente vê no governo e em setores relevantes da sociedade norte-americana aliados de peso nas suas disputas contra o governo Chávez.

Esse conjunto de circunstâncias, junto com outros eventos da década de 2000, teve forte impacto sobre a evolução das compras de armas venezuelanas, não apenas no sentido quantitativo como, principalmente, no que toca à origem do material bélico comprado. De um lado, houve, em 2006, o bloqueio estadunidense à venda de armas americanas ou com tecnologia americana às forças armadas venezuelanas, o que afetou, inclusive, a venda ao país vizinho de aviões EMB-314 Super Tucano, produzidos pela Embraer. De outro lado, houve o recurso da Venezuela à produção russa, um fornecedor de armas que tinha ficado excluído da América do Sul ao tempo da guerra fria, mas que dispõe de tecnologia para disputar esse mercado. Ora, justamente a compra de material bélico russo, conjugada com a realização de exercícios militares conjuntos, reforça a desconfiança norte-americana em relação à Venezuela, numa espécie de círculo vicioso.

Ao mesmo tempo, a situação, em globo, tem por efeito criar alguma tensão entre a Venezuela e os países da América do Sul com os quais os Estados Unidos mantêm uma relação militar mais estreita, em particular com a Colômbia, em função da forte presença militar norte-americana em seu território. Nesse contexto, ou o governo venezuelano imputa qualquer eventual atitude hostil que venha de seus vizinhos à submissão aos ditames da América do Norte, ou o governo norte-americano imputa à influência venezuelana qualquer atitude de distanciamento político ou ideológico de um país sulamericano frente a Washington. Em resumo, a hostilidade entre os governos dos Estados Unidos e da Venezuela, de um lado, dá maior visibilidade ao fato de que as preocupações armamentistas dos países da América do Sul não têm a ver tão-somente com eventuais desavenças internas ao subcontinente, mas também com a possibilidade de ameaças militares externas e, de outro lado, faz com que as tensões internas ganhem uma dimensão mais significativa porque iluminam como, em alguma medida, elas se relacionam com a distribuição mais geral do poder mundial. Resta ver o significado dessa situação para a consolidação do Mercosul.

Em primeiro lugar, é de registrar que, embora a área militar não seja um elemento decisivo no que toca à configuração do Mercosul, não há dúvida que ela deve ser tida em conta quando se analisa o bloco regional. Afinal, os processos de integração econômica, política e social entre os países relacionam-se com o objetivo de torná-los, em conjunto, mais fortes nas relações internacionais. Além do componente militar direto que tal pretensão contém, o simples fato de se ter um peso maior na economia e na política mundial implica em alguns riscos de colisão com interesses externos poderosos. Ademais, a própria integração dificilmente avançará sem que haja a diluição de tensões bélicas entre os países que

se integram. Por fim, como o Mercosul, embora sendo provavelmente o mais importante, é apenas um dos caminhos pelos quais o Brasil avança rumo à construção de uma América do Sul integrada e forte, faz-se necessário que a diminuição das tensões se estenda para os países do subcontinente que ainda se encontram fora do bloco.

Quanto a esse último ponto, vale a pena ter em conta que, paralelamente ao Mercosul e a outros blocos de países existentes na região, está em curso a construção da Unasul - União das Nações Sul-Americanas, composta de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, com seu Conselho de Defesa. Sendo um organismo ainda menos coeso que o Mercosul, a União propicia, talvez até por isso, um interessante espaço de diálogo, em que questões polêmicas podem ser tratadas conjuntamente, sem excessiva tensão. O próprio Conselho de Defesa, mais do que funcionar como um pacto militar propriamente dito, voltado contra agressões externas, tem tido como principal papel a discussão de focos de tensão intrarregionais, de maneira a afastar potenciais enfrentamentos, antes mesmo da intensificação de qualquer mal-estar. Com isso, ele diminui, ao mesmo tempo, o risco de interferência estrangeira na região, na medida em que passam a existir mecanismos internos e autônomos de lidar com os problemas do subcontinente.

A existência desses mecanismos, que seria importante em qualquer contexto, o é ainda mais quando estamos eventualmente entrando em um período histórico em que o peso da América do Sul nos assuntos internacionais, sem chegar a ser decisivo, será superior ao que teve em qualquer período anterior, isso pelo fato mesmo do adensamento populacional e produtivo que aconteceu, aqui, ao longo do século XX. Trata-se de um processo que, embora possa ser estimulado ou desestimulado por decisões políticas, tem fundo estrutural, pois corresponde à penetração, à difusão e à consolidação da produção capitalista no subcontinente. Em alguma medida, pode-se, inclusive, fazer um paralelo com o que ocorreu com a integração econômica e social do Brasil, de um aglomerado de ilhas de produção basicamente autônomas, cujas relações se davam mais com o exterior que entre si, para uma economia relativamente coesa. Esse processo estrutural, potencialmente muito benéfico ao Brasil e a seus vizinhos, deve ser levado em conta em qualquer avaliação consistente das relações entre os países da região e das relações individuais e coletivas deles com os países de outras regiões.

No plano militar, o ponto de chegada do processo macrohistórico de ampliação dos laços internos à América do Sul e de aumento de seu peso no cenário internacional tende a ser, inevitavelmente, algum tipo de integração entre as forças armadas dos países da região e um grau maior de autonomia do conjunto dessas forças armadas frente às de países do exterior. Em linhas muito gerais, é possível dizer que a diversificação da origem do material bélico comprado pelos países do subcontinente tende a dificultar a integração interna e a facilitar, por outro lado, a autonomia frente ao exterior, pois impede a dependência excessiva frente a um único ou a poucos fornecedores. Nesse sentido, principalmente se se soma à recente aproximação militar do Brasil com a França, em fase de ampliação e consolidação, a chegada dos armamentos russos à Venezuela acentua a diversificação dos laços militares da região com países de vários continentes. Daí pode resultar, no entanto, o surgimento de ainda maiores dificuldades operacionais de atuação conjunta, isso sem contar as tensões geopolíticas decorrentes dessa diversificação.

Em última instância, contudo, o que vai ser decisivo, nessa área, é o desenvolvimento, ou não, de tecnologia militar regional própria. Mais uma vez, o exemplo do veto norteamericano à venda dos Super Tucanos brasileiros à Venezuela é ilustrativo. Sem tecnologia própria, fica-se sempre em posição subordinada em um mercado econômica e politicamente muito tenso, de competição acirrada. Aqui, o papel do Brasil é fundamental, pois, junto com a Argentina, é o único país do subcontinente que pode estimular o desenvolvimento de tecnologia militar própria e nos vizinhos. Essa peculiaridade do Brasil acaba por ser, ademais, um fator importante para que os brasileiros continuem a ter uma interlocução tranquila com todos os países da região, pois, rigorosamente, nenhum deles se constitui efetivamente em ameaça militar para o nosso país.